



Análise de discurso:

apontamentos
para uma história
da noção-conceito
de formação
discursiva

Roberto Leiser Baronas
(Organizador)

Análise de discurso:

apontamentos
para uma história
da noção-conceito
de formação
discursiva

Roberto Leiser Baronas
(Organizador)

Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva

Atílio Butturi Júnior
Ana Raquel Motta
Claudiana Narzetti
Claudine Haroche
Cláudia Rejane Pinheiro Granjeiro
Damon Mayaffre
Dominique Maingueneau
Freda Indursky
Inês Lacerda Araújo
Jacques Guilhaumou
Jean-Jacques Courtine
Jefferson Voss dos Santos
Lucília Maria Abrahão e Sousa
Maria do Rosário Valencise Gregolin
Michel Pêcheux
Paul Henry
Pierre Achard
Roberto Leiser Baronas
Sonia Branca-Rosoff
Sophie Moirand
Sirio Possenti
Vanice Maria de Oliveira Sargentini
(Autores)

Letraria
Araraquara
2020



ANÁLISE DE DISCURSO: APONTAMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DA NOÇÃO-CONCEITO DE FORMAÇÃO DISCURSIVA

PROJETO EDITORIAL
Letraria

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Letraria

CAPA
Letraria

REVISÃO
Letraria

BARONAS, Roberto Leiser. (org.). **Análise de discurso:
apontamentos para uma história da noção-conceito
de formação discursiva.** Araraquara: Letraria, 2020.

ISBN: 978-65-990072-7-9

1. Análise de discurso. 2. Formação discursiva.
3. Noção-conceito.

CDD: 410

**À Joyce e à Carolina
por todos os sentidos...**

| Sumário

Agradecimentos	8
Prefácio Sirio Possenti	10
Apresentação Roberto Leiser Baronas	12
A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso Claudine Haroche, Michel Pêcheux e Paul Henry	17
Remontemos de Foucault à Spinoza Michel Pêcheux	40
O conceito de formação discursiva Jean-Jacques Courtine	58
Os historiadores do discurso e a noção-conceito de formação discursiva: narrativa de uma transvaliação imanente Jacques Guilhaumou	88
Formação discursiva, dialogismo e sociologia Pierre Achard	106
Formação discursiva: uma noção muito ambígua? Sonia Branca-Rosoff	129
Discursos sobre a ciência e posicionamentos ideológicos: retorno sobre as noções de formação discursiva e de memória discursiva Sophie Moirand	152

Formações discursivas, unidades tópicas e não-tópicas	194
Dominique Maingueneau	
Uma filosofia política na dispersão: as formações discursivas e o não-discursivo	210
Atílio Butturi Júnior	
Foucault, Pêcheux e a formação discursiva	235
Cláudia Rejane Pinheiro Granjeiro	
Analisar formações discursivas: reflexões teórico-metodológicas aplicadas a um <i>corpus</i> sobre a palmada	264
Claudiana Narzetti	
Formação(ões) discursiva(s) e discurso político: a exemplaridade dos discursos comunistas <i>versus</i> burgueses	281
Damon Mayaffre	
Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de formação discursiva	300
Freda Indursky	
Formação discursiva como conceito chave para a arqueogenealogia de Foucault	318
Inês Lacerda Araújo	
Especificidades do discurso e das formações discursivas para Michel Foucault: práticas discursivas e não-discursivas	337
Jefferson Voss dos Santos	
Formação discursiva e movimentos do sujeito: de como o cortador de cana é falado na mídia	361
Lucília Maria Abrahão e Sousa	

Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades Maria do Rosário Valencise Gregolin	377
Ainda sobre a noção-conceito de formação discursiva em Pêcheux e em Foucault Roberto Leiser Baronas	394
Direita e esquerda: volver! Sirio Possenti e Ana Raquel Motta	411
A noção de formação discursiva: uma relação estreita com o <i>corpus</i> na análise do discurso Vanice Maria de Oliveira Sargentini	433
Posfácio Maria da Conceição Fonseca-Silva	444

A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso⁴

Claudine Haroche
Michel Pêcheux
Paul Henry⁵

⁴ Texto publicado inicialmente no *Jornal Comunista L'Humanité*, depois na Revista *Langages*, número 24, em 1971 e, posteriormente publicado em MALDIDIER, D. *L'Inquietude du Discours: textes de Michel Pêcheux. Éditions du Cendres*, 1990, p.133-153. Agradecemos vivamente a Claudine Haroche pela autorização da tradução e republicação deste texto. Tradução Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montanheiro.

⁵ Claudine Haroche atualmente é Diretora de Pesquisa no CNRS, Paris, França. Michel Pêcheux desapareceu tragicamente em dezembro de 1983. Paul Henry é linguista e pesquisador do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS, Paris/França)

Seja pelo viés de uma hipótese sobre a essência da cultura – concebida como um conjunto de sistemas simbólicos que englobam tanto a linguagem quanto outros sistemas como os mitos, a arte ou a economia – ou então, revestido por um empirismo triunfante⁶, pela evocação de uma “metodologia geral das humanidades”⁷ e até mesmo de uma “ciência das ciências”, a referência à linguística tornou-se, em diversas disciplinas, um lugar comum. Uma confusão entre “língua” e “linguagem” – pois é assim que se deve considerar – desempenha um papel crucial na questão. Se não perdermos de vista que a referência a Saussure é também um lugar comum, existe aí um duplo paradoxo que não deveria deixar de nos surpreender. Primeiramente, não se pode deixar de ser atingido pelo cuidado que Saussure empenhou em separar *teoricamente* língua e linguagem. Por outro lado, como foi recentemente lembrado por Claudine Normand⁸, é resistindo aos apelos das evidências empíricas que Saussure pôde formular os conceitos que fundam a linguística como ciência⁹. As diversas explorações ideológicas das atuais teorias linguísticas (e não, para sermos mais precisos, dos conhecimentos linguísticos) se caracterizam por um deslizamento contínuo entre língua e linguagem, conjugado a um retorno forçado a um empirismo renovado¹⁰ pelo formalismo. Para resumir, em nome da própria ruptura saussuriana, defende-se, em certa medida, o oposto.

6 “Os lingüistas foram os primeiros a compreender por onde se deveria começar caso se quisesse empreender um estudo *objetivo* do homem. Os primeiros pararam de colocar a carroça na frente dos bois, e reconheceram que, antes de fazer história de um *objeto determinado*, antes de se colocar questões de origem, de evolução, de difusão, antes também de explicar o caráter de um *objeto* pelas *influências* externas (o caráter de uma língua pela estrutura da sociedade, ou o de uma ideologia pelas relações de produção, etc.), conviria primeiramente *circunscrever, definir e descrever esse objeto*”. In: RUWET, N. Lingüística e Ciências do Homem. *Esprit*, n. 11, p. 566, 1963. (grifos dos autores deste artigo).

7 HJELMSLEV, L.; ULLDALL, H.J. *An Outline of Glossematics*. Copenhague: Munsgaard, 1957.

8 NORMAND, C. « Propositions et notes en vue d’une lecture de F. de Saussure ». *La Pensée*, n. 154, p. 34-51, 1970.

9 Para evitar qualquer ambiguidade, coloquemos desde já que o artigo de Claudine Normand traz esclarecimentos importantes, pois deixa na sombra tudo aquilo que diz respeito à prática específica do linguista sobre a linguagem. Retornaremos a esse ponto mais adiante.

10 Certamente não se trata do empirismo vulgar que conduzia alguns, sob pretexto de ser possível fazer experiências de fonética com aparelhos de medida, considerando que somente esse ramo da linguística teria alguma cientificidade.

Para compreender o que está em questão aqui, é necessário levar em conta o que se passou no interior da própria linguística. Assim sendo, tentamos primeiramente transpor a teoria linguística fora de seu próprio campo na medida em que a linguística aparece como uma ciência. Com isso a alçamos à posição de uma ciência piloto, um modelo, da mesma maneira que se quis fazer da psicologia um modelo teórico de todas as ciências, ou sua base de redução. Em segundo lugar, essa exploração ideológica da linguística, sua reinscrição fora de seu próprio campo, não teriam sido possíveis sem a existência de dificuldades *interiores à própria linguística*, e produzidas pelas mesmas causas.

Continua a ser um lugar comum dizer que a semântica foi abandonada pelos linguistas por um longo período, o que talvez não seja sem razão¹¹. Já antecipando o que nos propomos a dizer na sequência, cremos poder defender que, *se a ruptura saussuriana foi suficiente para permitir a constituição da fonologia, da morfologia e da sintaxe, ela não conseguiu impedir o retorno ao empirismo em semântica*. Ao contrário, parece que o desenvolvimento da fonologia tornou possível esse retorno, ao fazer dela um *modelo* que permitiu reinterpretar, em um quadro formalista, concepções muito tradicionais da semântica. O paradoxo é apenas aparente: a história das ciências nos fornece numerosos exemplos desse tipo de processo¹².

Isso que acabamos de afirmar implica que aquilo que designamos hoje sob o nome de semântica depende apenas parcialmente de uma abordagem linguística. Evidentemente, não se trata de cair no legalismo, decretando aquilo que de direito depende ou não da linguística. Quando falamos em abordagem linguística, nós nos referimos, na verdade, a um conjunto de conceitos que foram

11 Cf. LYONS, J. *Linguistique générale: introduction à la linguistique théorique*. Trad. francesa. F. Dubois-Charlier e D. Robinson. Paris: Larousse, 1970. p. 307.

12 Ver, entre outros, M. Pêcheux. Ideologia e história das ciências: os efeitos do corte galileano em física e em biologia. In: PÊCHEUX, M.; FICHANT, M. *Sobre a história das ciências*. Paris: Maspéro, 1969.

produzidos por linguistas e a uma prática específica do linguista sobre a linguagem, estreitamente ligada a esses conceitos. Afirmamos portanto que nem os conhecimentos que permitem produzir esses conceitos, nem essa prática em si podem recobrir completamente o atual campo da semântica, exceto no quadro de uma vaga *analogia*, que não passa de uma invasão ideológica na teoria linguística. Nessas condições, a semântica (enquanto teoria das regiões deixadas de lado do campo de aplicação dos conceitos e da prática dos linguistas) supõe uma mudança de terreno ou de perspectiva.

Nossos objetivos neste estudo serão, em primeiro lugar, apoiar e desenvolver as teses críticas que acabamos de apresentar e, em segundo, indicar como é possível conceber, atualmente, a mudança de terreno ou de perspectiva que nos parece indispensável.



Para os gramáticos e neo-gramáticos, a semântica estava reduzida ao estudo da mudança de sentido das palavras. Se nos reportarmos ao *Curso de Lingüística Geral*¹³, é preciso inicialmente observar que a palavra *semântica*¹⁴ não figura nele. Contudo, quando agrupamos o que pode ser relacionado à questão, convém fazer uma distinção entre, por um lado, aquilo que concerne à oposição valor-significação, assim como às relações associativas e, por outro, as questões consagradas à analogia e à aglutinação. Na verdade, essa distinção está recoberta pela oposição entre a linguística sincrônica e a linguística diacrônica. Mas, a propósito das mudanças analógicas, Saussure esboça uma análise das relações entre essas duas ordens, o que demanda alguns comentários.

13 Ferdinand de Saussure, *Cours de linguistique générale*, publicado por F. Bally e A. Sechehaye. Paris: Payot, 1965. Tradução brasileira: *Curso de Lingüística Geral*. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Editora Cultrix, 1969.

14 Se acreditarmos em G. Mounin (*Histoire de la linguistique*. Paris: PUF, 1967): "Podemos pensar que a influência de Bréal sobre Saussure é certa" (p. 219). Ora, Bréal é o inventor da palavra "semântica", de modo que a ausência do termo em Saussure não seria contingencial.

Nos capítulos consagrados à analogia, encontramos um certo número de ideias que Saussure toma emprestado de seus predecessores. Em particular, ele assume a responsabilidade sobre o modelo das proporções¹⁵:

reação : reacionário : repressão : x, em que x = *repressionário*

Desse modo pode ser explicada a aparição histórica de novas formas. Mas o *Curso de Lingüística Geral* inova quando propõe (p.191-195) sucessivamente que “tudo é gramatical na analogia” (p.192), visto que a analogia “é inteiramente gramatical e sincrônica”(p.193), pois “as formas se mantêm porque são refeitas analogicamente sem cessar”(p.200). Retornamos à ideia de que as unidades existem somente pela coesão do sistema das oposições e das relações. É preciso destacar que não somente a analogia explica a aparição histórica de formas novas, mas ainda que *ela estrutura permanentemente o sistema das unidades significantes que só podem se manter por elas*. Uma ponte é assim estabelecida entre sincronia e diacronia, mas, ao mesmo tempo, é esboçada uma dialética – em particular a respeito do par liberdade/sistema – sobre a qual teremos de voltar. Essa dialética introduz-se na própria noção de gramática, que, no *Curso de Lingüística Geral* não se encontra sem relação com a concepção encontrada em Port-Royal a seu respeito.

Com efeito, lemos (p.191-192) que “[...] a analogia é de ordem gramatical; ela supõe a consciência e a compreensão de uma relação que une as formas entre si”. E que “enquanto a idéia nada representa no fenômeno fonético, sua intervenção se faz necessária em matéria de analogia”.

Mais à frente, logo depois de Saussure ter reafirmado que “tudo é gramatical na analogia”, é acrescentado que “a criação, que lhe

15 CLG 187 – 201. Notemos de passagem que esse modelo é o fundamento da análise componencial. NT. Substituímos a paginação das passagens do *Curso de Lingüística Geral* de Ferdinand de Saussure da edição francesa utilizada pelos autores pela paginação da edição brasileira do *Curso de Lingüística Geral*. Tradução Antoni Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1969.

constitui o fim, só pode pertencer, de começo, à fala; ela é a obra ocasional de uma pessoa isolada" (p.192). Certamente, essa asserção é imediatamente corrigida, colocando que a "criação" analógica só é possível se as condições linguísticas de sua produção estiverem reunidas sob a forma de uma proporção incompleta *na língua*. Não é menos verdade que, com isso, Saussure deixe aberta uma porta pela qual vão se lançar o formalismo e o subjetivismo. Quando procuramos compreender a raiz dessa dificuldade, a encontramos no fato de que, para Saussure, a ideia não saberia ser de outra forma senão totalmente subjetiva, individual. Portanto, visto que atrás de toda analogia há necessariamente uma ideia, é preciso obrigatoriamente passar pela fala e pelo sujeito individual.

Essa relação entre ideia e analogia nos leva à oposição valor-significação. Trata-se de uma oposição capital, pois é em seu nome que Saussure declara guerra contra a concepção da língua como nomenclatura (p. 97 e 158). A atitude fundamental de Saussure a esse respeito consiste na ideia de que, do ponto de vista linguístico, o valor domina a significação: "Em todos esses casos, pois, surpreendemos, em lugar de *idéias* dadas de antemão, *valores* que emanam do sistema. Quando se diz que os valores correspondem a conceitos, subentende-se que são puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são" (p. 136). Mais à frente, a propósito do conceito "julgar", está especificado que ele "simboliza a significação", mas que "esse conceito nada tem de inicial, não é senão um valor determinado por suas relações com outros valores semelhantes, e sem eles a significação não existiria" (*ibid.*). Em resumo, "quando afirmo simplesmente que uma palavra significa alguma coisa, quando me atenho à associação da imagem acústica com o conceito, faço uma operação que pode, em certa medida, ser exata e dar uma *idéia* da realidade; mas em nenhum caso exprime o fato lingüístico na sua essência e na sua amplitude" (*ibid.*).

*O princípio da subordinação da significação ao valor pode ser considerado como o centro da ruptura saussuriana*¹⁶. É esse princípio, estreitamente ligado à ideia de língua como sistema, que abre a possibilidade de uma teoria geral da língua, permitindo a interpretação de particularidades fonológicas, sintáticas e morfológicas de qualquer língua. Mas e a semântica? Devido ao papel que nela se atribui à fala e ao sujeito, tudo aquilo que diz respeito à analogia encontra-se em segundo plano em relação a essa ruptura. Isso porque a subordinação da significação ao valor quanto a tudo que se refira ao “fato lingüístico em sua essência e em sua amplitude” tem precisamente por efeito interromper bruscamente todo retorno ao sujeito, quando se trata da língua: a significação é de ordem da fala e do sujeito, só o valor diz respeito à língua.

Acabamos de constatar, portanto, que o *Curso de Lingüística Geral* partilha do ponto de vista de que a analogia não caminha em direção ao centro da ruptura que, por outro lado, ali se manifesta. Cremos que é preciso ir mais longe e deixar claro que, se essa ruptura abre passagem para a fonologia, para a sintaxe e para a morfologia, deixa entretanto de fora de seu campo uma boa parte daquilo que atribuímos à semântica.

Vamos mostrar o porquê, voltando-nos sobre outras passagens do *Curso de Lingüística Geral* concernentes a essa questão e recorrendo a uma parte do que foi feito nesse domínio.

Fomos diretamente ao princípio de subordinação da significação ao valor, passando por cima de argumentos para o justificar. Um desses argumentos é: “Se as palavras estivessem encarregadas de representar os conceitos dados de antemão, cada uma delas teria, de uma língua para outra, correspondentes exatos para o sentido; mas não ocorre assim”, conclui Saussure (p.135). O exemplo de

16 Esse princípio parece ter preocupado Saussure durante toda a sua vida. Notas pessoais sobre as personagens das mitologias germânicas, bem anteriores ao *Curso*, atestam tal afirmação. Ver GODEL, R. *Les sources manuscrites du “Cours de linguistique générale de Ferdinand de Saussure*. Genève, Droz e Paris: Minard, 1957.

louer em francês¹⁷, ao qual correspondem dois termos em alemão, *mieten* e *vermieten*, é dado a título de ilustração. Não há, pois, entre estes dois termos, correspondência exata de valores. O argumento coloca, portanto, o problema da tradução, mas não se deve perder de vista o que ele visa mostrar, a saber: do ponto de vista da *língua*, só conta o *valor* e não a *significação*. Em particular não é preciso ver aqui o início de uma tese geral sobre a possibilidade ou a impossibilidade de traduzir. Entretanto sabemos, por outro lado, que essa possibilidade é frequentemente invocada com base em teses sobre a universalidade do mundo de significações manifestadas pela linguagem e, inversamente, que as dificuldades da tradução, inclusive a impossibilidade de uma tradução “total”, são utilizadas tomando por base teses culturalistas¹⁸.

Ora, do ponto de vista saussuriano a respeito da língua e do valor frente àquele a respeito das significações e da linguagem, há uma mudança radical de perspectiva. Apesar dessa mudança de perspectiva – e ainda que a referência à tradução tenha, neste caso, sempre um alcance teórico e não prático –, continuamos a colocar de imediato o problema por meio daquele sobre a correspondência entre duas ou mais línguas como se no interior de uma mesma língua não ocorressem problemas de tradução. Ora, se considerarmos, por exemplo, o domínio da política e da produção científica, *constataremos que as palavras podem mudar de sentido segundo as posições determinadas por aqueles que as empregam*.

Conseqüentemente, quanto a discursos considerados a partir de posições diferentes se colocam verdadeiramente problemas de tradução, de equivalência e de não-equivalência que, ao nosso ver,

17 N.T. Assim como seu correspondente em português, *louer* significa tanto dar quanto tomar em aluguel.

18 Ver por exemplo, MOUNIN, G. *Les problèmes théoriques de la traduction*. Paris: Gallimard, 1963. p. 59-69.

não podem ser regrados quando ligados a diversos subsistemas da língua¹⁹.

Com efeito, é um indício que mostra que as coisas não são assim tão simples quanto faria supor a ideia de uma diferenciação em subsistemas. Tudo se passa como se a correspondência entre teoria geral e estudo particular de uma dada língua desaparecesse no nível semântico. Certamente, “semânticas gerais” foram propostas, mas elas não fornecem quase nada de princípios que permitam depreender as particularidades das línguas, ou dos estados de língua, etc., como é o caso da fonologia, da morfologia ou da sintaxe. Existem, por outro lado, descrições semânticas de diversas línguas, mas são descrições que permanecem sem ligação com as teorias. Se elas permanecem em grande parte desligadas de descrições concretas das línguas, as semânticas gerais nem por isso se libertam de todos “dados concretos”. Elas vão simplesmente buscá-los em outros lugares, entre eles, “na filosofia, na lógica, na psicologia e, talvez ainda, em outras disciplinas como a antropologia e a sociologia²⁰”.

Essas disciplinas fornecem, portanto, o “concreto”, mas recortado de outra forma que não fosse o concreto linguístico de uma dada língua nacional. Sem dúvida, ressaltamos que esses componentes “sociais” e literários não estão ausentes dos domínios fonológico (*r “fricativo uvular” urbano na França / r “vibrante apical”, ainda presente na zona rural francesa*), morfológico (*variações históricas dos prefixos e sufixos, criação de palavras novas ligadas à aparição das ferrovias... ou do socialismo*), sintático (a gramaticalidade não

19 Para evitar todo e qualquer equívoco e ainda que nos rendamos a ele, coloquemos claramente desde já que não se trata de negar a existência de diferenças fonológicas, sintáticas e morfológicas entre classes ou camadas sociais. O destaque atribuído a essas diferenças é objeto da maior parte dos trabalhos em sociolinguística. Exceto o fato de que certo número desses trabalhos parece ter tido por objetivo real demonstrar o caráter supostamente primário da linguagem das “classes inferiores” (ver entre outros: SCHATZMAN, L.; STRAUSS, A. Classes Sociais e Modos de Comunicação. *American Journal of Sociology*, n. 60, p.329-338, 1954), o simples fato de colocar o problema em termos de diferenciação da língua privilegia os aspectos fonológicos, sintáticos ou morfológicos em detrimento dos aspectos semânticos.

20 J. Lyons, *op cit.*, p.307.

varia, ao menos em suas zonas de fronteira, em função de dados sócio-históricos?). Entretanto, aqui só se trata (salvo talvez pelo último ponto) de propriedades secundárias do ponto de vista linguístico, que a teoria geral não se encontra na obrigação de explicar.

O caso é totalmente diferente para a semântica. Com efeito, *o laço que une as "significações" de um texto às suas condições sócio-históricas não é meramente secundário, mas constitutivo das próprias significações*. Como havíamos acertadamente observado, falar é diferente de produzir um exemplo de gramática. Podemos esperar "estender" nesse momento a teoria linguística para uma semântica geral (ciência geral das significações) que libertaria a linguística do "pelourinho formal" da gramática? As diversas "ciências sociais" que se encarregaram das questões sobre o sentido e sobre a expressão das significações insistem junto à linguística para que essas questões sejam resolvidas com os meios teóricos que esta última dispõe. Destaquemos, entretanto, que tais questões não têm lugar na problemática saussuriana, na medida em que elas dizem respeito ao que é rejeitado na fala, fora do todo homogêneo que constitui o sistema da língua. Mas o próprio fato de que essa concepção da língua tenha desempenhado um papel crucial na formação da fonologia, da sintaxe e da morfologia pôde exercer uma pressão que tende a fazer adotar o mesmo modelo sobre o campo da semântica.

Assim sendo, a oposição língua/fala, historicamente necessária à constituição da linguística, caminha lado a lado de certa ingenuidade de Saussure em relação à sociologia, o que é plenamente explicável pelo fato de os próprios sociólogos contemporâneos de Saussure compartilharem-na na maior parte dos casos. Essa ingenuidade repousa sobre uma ideologia individualista e subjetiva da "criação"²¹, cujos afloramentos reconhecemos em correntes neo-kantianas e neo-humboltdianas do século XIX alemão, insistentemente repetida até nossos dias. Dizemos isso porque o próprio Noam Chomsky recorre explicitamente a ela na sua polêmica contra o behaviorismo

21 CLG, p.138-139.

e o empirismo, e nas suas críticas no tocante à linguagem concebida como instrumento de comunicação. Não encontramos ainda essa mesma ideologia na ideia de Jakobson, segundo a qual, do nível do fonema ao nível do encadeamento das frases, passaríamos da determinação linguística a esta liberdade pela qual o sujeito falante diz “o que jamais ouviremos duas vezes”? O par liberdade/determinação ou, se preferirmos, criatividade/sistema possui as propriedades circulares de um par ideológico, na medida em que cada um dos dois termos em oposição pressupõe o outro: a criatividade supõe com efeito a existência de um sistema que lhe permita fazer irromper, e todo sistema nada mais é do que o efeito resultante de uma criatividade anterior. A noção de sistema – seja por caracterizar uma classificação realista das propriedades objetivas da realidade, seja por designar um princípio de visão, um recorte da realidade por um sujeito (psicológico, antropológico, histórico, estético, etc.) – aparece portanto como o complemento indispensável da criatividade no interior do campo da “linguagem”. Em outros termos, a oposição língua-fala introduzida por Saussure se encontra repetida analogicamente no interior da fala sob a forma da oposição sistema/criatividade (resultante da transposição de oposições tais como paradigma/sintagma, sincronia/diacronia, etc.).

Baseado nisso, a distinção clássica entre um universo imanente da significação e seu universo manifestado pôde ser reformulado, tendo a descoberta dos sistemas fonológicos das línguas naturais desempenhado um papel decisivo nessa reformulação. Lembremos esquematicamente como essa operação, cujo modelo de proporções foi o ponto de partida, pôde ser conduzida. Da mesma maneira que todo fonema é realizado por uma série de traços distintivos, supõe-se que a significação global de uma unidade significativa seja decomponível em muitos semas, elementos de significação ou componentes semânticos. Do mesmo modo que o jogo das oposições entre fonemas determina o conjunto dos traços fonéticos que têm um valor distintivo fonológico, é o jogo das oposições entre unidades significativas que fixa o conjunto dos elementos

de significação que podem ser realizados. Uma vez que nenhum sistema fonológico esgota a combinatória dos traços distintivos pelos quais são produzidas as oposições fonológicas (há “casas vazias” no sistema de ordens e de séries), afirmamos que o conjunto das unidades significativas, enquanto agrupamentos de elementos de significação, não esgota a combinatória desses elementos. A partir daí, todo discurso comportaria uma parcela de “ruído semântico” já que, sendo dadas as disponibilidades lexicais, cada unidade, na qualidade de agrupamento, é suscetível de introduzir elementos de significação desnecessários ou redundantes em relação à manifestação global da significação dos discursos em questão. Pela mesma ação podemos também explicar a existência de vários “planos de leitura” correspondentes a vários encadeamentos possíveis de elementos de significação tomados em cada agrupamento. A existência desse “ruído semântico” e da pluralidade dos “planos de leitura” representaria o descompasso existente entre o universo imanente da significação (aquele dos elementos de significação) e seu universo manifestado (aquele de agrupamentos de elementos manifestados pelas unidades significantes).

Resta-nos examinar sobre o quê se funda o paralelismo entre estrutura fonológica e estrutura semântica. Observaremos, em primeiro lugar, que existe uma estreita relação entre essa concepção da semântica e o modo como a questão do valor é tratada no *Curso de Lingüística Geral*, mas, precisamente, não se trata mais dos valores, mas das *significações*. Para bem compreender porque essa anulação da distinção valor-significação está carregada de consequências, é preciso que nos voltemos sobre o papel do conceito de valor na constituição da fonologia e da sintaxe. Conforme já dissemos, o conceito de valor está diretamente ligado à ideia da língua como sistema e àquilo que concordamos denominar o *princípio de unidade da língua*, princípio que, para nós, funda a prática do linguista sobre a linguagem a partir de Saussure. Um aspecto da ruptura saussuriana que parece não ter despertado muita atenção é o fato de que à ruptura sobre o plano teórico corresponde uma transformação profunda da

prática do linguista sobre a linguagem. A gramática histórica estava baseada sobre comparações entre elementos isolados pertencentes a línguas diferentes, supostamente ligadas por filiação histórica: a linguística pós-saussuriana atribui prioridade às operações de comutação, de comparações regradas, etc. no interior de uma mesma língua, isto é, ao *funcionamento das línguas em relação a si próprias no quadro de uma linguística geral que é a teoria desse funcionamento*. Em tal perspectiva, o princípio de unidade da língua é essencial, pois é esse princípio que funda as operações em questão: assim como na gramática histórica e na filologia era a suposta filiação histórica que justificava as comparações, na linguística pós-saussuriana é o pertencimento a uma mesma língua, a um mesmo sistema. Só se pode falar de línguas diferentes, de dialetos, de patoás, de *pidgins*, ou de crioulos em referência ao princípio da unidade da língua. Como já sabemos, a colocação em prática desse princípio na constituição da teoria particular da fonologia ou da sintaxe dessa ou daquela língua faz intervir critérios semânticos. Em outros termos, o princípio da unidade da língua, que funda a prática do linguista sobre a linguagem, só pode funcionar se certos elementos semânticos forem supostamente conhecidos. De quais elementos semânticos se trata? Quem quer que tenha colaborado um pouco para demonstrar estruturas fonológicas de uma língua e para o estudo de sua sintaxe sabe que os critérios semânticos aos quais é necessário recorrer são amplamente sobredeterminados: a demonstração de um fonema nunca repousa sobre um único par mínimo, assim como não reconhecemos a existência de uma relação de transformação entre somente duas frases, mas entre séries de frases sintaticamente equivalentes. *Em resumo, não é a significação propriamente dita que está em causa* (em muitos casos concretos, podemos discutir a equivalência entre uma frase ativa em francês e sua passiva correspondente) *mas aquilo que Saussure designava por valor*. A distinção valor-significação e sua anulação na construção de uma semântica concebida sobre o modelo da fonologia colocam um árduo problema teórico.

Essa conjuntura se encontra complicada pelo fato de que, uma vez anulada a distinção significação-valor, o princípio de unidade da língua pode ser perfeitamente reinscrito em qualquer ideologia que coloque a universalidade do espírito humano e a intercambialidade dos sujeitos falantes. Essas ideologias parecem até poder fundamentá-lo ao dar ao conceito de língua uma aparente substância. Nada de extraordinário, portanto, que psicologias e sociologias, que hoje em dia atribuem a essas ideologias aparências de ciências, tenham sido convocadas em auxílio pelos próprios linguistas. É preciso reconhecer nisso também que a posição de Saussure pode parecer contraditória na medida em que ele afirma que “a língua é uma instituição social” e que “a língua é uma forma e não uma substância” (CLG, p.141).

Além dessa questão, a própria noção de universo imanente da significação coloca a questão dos universais semânticos, isto é, de um sistema metalinguístico capaz de descrever “a realidade”, aplicando-se sobre ela como uma rede. Essa imagem da rede parece-nos subentender a existência de uma correspondência *real*²² entre os universais linguísticos da significação e dos universais extra-linguísticos (psicológicos, biológicos, antropológicos, etc.). Entendemos que essa correspondência – que é em geral assegurada por uma cadeia interdisciplinar do gênero: linguística, psicolinguística, psicologia, sociologia, antropologia, filosofia, lógica –, repousa na realidade, ao nosso ver, sobre um *postulado realista* que dissimula um certo número de dificuldades concernentes à própria natureza dos “universais”. Se cessarmos por um só instante de os considerar como uma cópia-matriz da realidade e se nos interrogarmos sobre sua efetiva origem histórica, logo constataremos tratar-se de uma *justaposição de classificações muito diversas*, das quais algumas provêm diretamente de distinções conceituais produzidas por *disciplinas científicas existentes num dado momento de sua história*, ao passo que as outras refletem relações sociais inscritas em práticas (econômicas, políticas ou ideológicas) igualmente situadas

22 Cf. uma expressão ambígua de G. Mounin: “o mesmo campo semântico, isto é, aqui, a mesma superfície de realidade” (“Les problèmes théoriques de la traduction”, p.88).

historicamente (sistemas documentários, catálogo telefônico, seguro social, descrição do ambiente, etc.).

O efeito do postulado realista a respeito dos “universais” é portanto o de anular a distinção entre aquilo que depende de uma prática científica por um lado e, por outro, daquilo que é o efeito de uma ideologia, explicitamente organizada sob a forma de uma prática administrativa entre outras (criação de sistemas semânticos “artificiais”), ou implicitamente estruturado como sistema de representações.

A consequência dessa anulação conduz a uma posição epistemológica *laxista*, que por sua vez leva a considerar as ciências como os mais bem fundamentados universais culturais e tecnológicos, o que corresponde, finalmente, *ao modo mais eficaz* de apreender a realidade. Como podemos não ver que essa formulação trai a secreta proximidade do realismo com o idealismo (por intermédio do pragmatismo), manifestando ao mesmo tempo a sua diferença comum em relação às posições do *materialismo*? Lênin atribuía a seus adversários fideístas o seguinte discurso a propósito da ciência: “Portanto seja lógico e convenha conosco que a ciência tem apenas um valor prático, em um domínio da atividade humana e que a religião tem, em outro domínio, um *valor não menos real*”²³. Algumas concepções atualmente muito divulgadas nas “ciências humanas” podem apenas reforçar a ideia segundo a qual Lênin não tinha se enganado a respeito dos adversários do materialismo e do “pragmatismo” pelo qual postulavam ser a ciência uma “vestimenta de ideias” sobreposta ao *every day life*²⁴. Ao confundir “núcleo

23 Lenine, « Materialisme et empiriocriticisme ». (*Ouvres complètes*, t. XIV, p. 303, Éditions sociales, 1962.

24 Falando das categorias utilizadas pelo sistema de análise de textos, “General Inquirer”, os autores desse método declaram: “Na nossa perspectiva, podemos fazer referência a tais categorias denotativas como à das unidades naturais da linguagem, visto que elas correspondem às distinções habituais, admitidas numa comunidade lingüística... De tais categorias naturais da linguagem provêm variáveis para as ciências sociais quando elas são integradas, isoladamente ou em combinação, numa proposição referente ao comportamento humano”. In: STONE, P. J.; DUMPHY, D. C.; SMITD, M. S.; OLGIVIE, D. M. *The General Inquirer: A computer approach to content analysis*. Cambridge Mass: MIT Press, 1966. p. 138.

de realidade” e objeto científico, ao substituir o ato filosófico de decomposição desse núcleo em “propriedades analíticas e sintéticas” por trabalho (discursivo e experimental) das ciências, reencontramos inelutavelmente o mito de uma *ciência além das ciências*, de uma ciência que seria ao mesmo tempo *a generalização e a condição de possibilidade* das “outras ciências”. Em suma: o mito de uma ciência universal realizando sob novas formas a eterna pretensão da filosofia idealista no tocante às ciências (existentes).



O exame crítico que acabou de ser apresentado poderia ocasionar alguns mal-entendidos. Contudo vamos desde já dissipá-los, mostrando as *consequências* teóricas e práticas que resultam desse exame para o próprio trabalho de pesquisa: aqui o mal-entendido consistiria em pensar que *basta fazer a crítica de uma ideologia teórica* (neste caso, escrever *textos* salientando as contradições da noção de “semântica” tal como ela é hoje correntemente aceita, *para destruí-la, ela e seus efeitos práticos* (neste caso: as práticas de “análise do conteúdo”, quotidianamente aplicadas aos questionários, entrevistas, documentos, arquivos, etc., nas diferentes “ciências sociais”).

A consequência desse mal entendido seria contribuir para reforçar uma espécie de *integrismo linguístico*, cuja palavra de ordem seria mais ou menos “além da sintaxe, não há salvação!”, e que se livraria do problema negando-o ou remetendo-o às calendas gregas. Convém ao contrário sublinhar que, na luta teórica como em qualquer outro campo, *destruímos* realmente apenas aquilo que somos capazes de *substituir* realmente: é necessário dizer que essa substituição é também um deslocamento, isto é, uma “mudança de terreno”?

Tudo isso que precede tinha por objetivo apenas mostrar essa possibilidade e necessidade atuais. O que segue tentará esclarecer os primeiros resultados, teóricos e práticos – que, ao nosso ver, pensamos ter alcançado – a fim de que sejam submetidos à discussão (tanto a partir da posição materialista que nós próprios tentamos adotar,

quanto a partir do ponto de vista de todos aqueles que atualmente estão conscientes do problema e tentam, de uma maneira ou de outra, apontar-lhe uma solução).

No que nos diz respeito, a “mudança de terreno” parece determinada por duas necessidades: lutar contra o empirismo (se desembaraçar da problemática subjetivista centrada sobre o indivíduo) e contra o formalismo (não confundir a língua como objeto da linguística com o campo da “linguagem”). Isso implica, a título de contrapartida positiva, a introdução de novos objetos posicionados em relação ao novo “terreno” teórico que determina as formas e os conteúdos da mudança. Em grande medida os objetos e os termos que os designam são, naturalmente, “novos” somente aos olhos do provincialismo teórico que caracteriza cada uma das “ciências humanas” frente a suas vizinhas, sobretudo sendo dado o recalco-disfarçamento²⁵ que ali se exerce frente aos conceitos do *materialismo histórico*.

Não é portanto inútil lembrar, muito brevemente, que, sendo dada uma formação social a um momento determinado de sua história, ela se caracteriza por meio do *modo de produção* que a domina, por um estado determinado pela *relação entre classes* que a compõem. Essas relações se expressam por intermédio da hierarquia das *práticas* que esse modo de produção necessita, sendo dado *aparelhos* por meio dos quais se realizam essas práticas; a essas relações correspondem *posições políticas e ideológicas*, que não constituem indivíduos, mas que se organizam em *formações* que mantêm entre si uma relação de antagonismo, de aliança ou de dominação.

Falaremos de *formação ideológica* para caracterizar um elemento suscetível de intervir – como uma força confrontada a outras forças – na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado. Cada formação ideológica constitui desse modo um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” e nem “universais”, mas que se relacionam

25 PÊCHEUX, M. Les sciences humaines et le ‘moment actuel. *La Pensée*, n. 143, p. 62-79, 1969.

mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas em relação às outras.

Avançaremos, apoiando-nos sobre grande número de observações contidas naquilo que denominamos “os clássicos do marxismo”, que as formações ideológicas assim definidas comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* interligadas, que determinam *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada: o ponto essencial aqui é que *não se trata apenas da natureza das palavras empregadas, mas também (e sobretudo) de construções nas quais essas palavras se combinam*, na medida em que elas determinam a significação que tomam essas palavras: como apontávamos no começo, as palavras mudam de sentido segundo as posições ocupadas por aqueles que as empregam²⁶. Podemos agora deixar claro: as palavras “mudam de sentido” ao passar de uma *formação discursiva* a outra.

Isso corresponde a dizer que a semântica, suscetível de descrever cientificamente uma formação discursiva, assim como as condições de passagem de uma formação a outra, não saberia se restringir a uma semântica lexical (ou gramatical), mas deve procurar fundamentalmente dar conta dos *processos*, administrando a organização dos termos em uma sequência discursiva, e isso em função das *condições* nas quais essa sequência discursiva é produzida²⁷. Chamaremos de “semântica discursiva” a análise científica dos processos característicos de uma formação discursiva, essa análise que leva em consideração o elo que liga esses processos às condições nas quais o discurso é produzido (às posições às quais deve ser referido).

26 Recordemo-nos da polêmica de Lênin contra o idealismo “velado por uma terminologia pretensamente marxista”, “o idealismo vestido em termos marxistas acomodado em vocabulário marxista” (*op. cit.*, p.344).

27 O termo “condições de produção” foi introduzido em “Problèmes de l’analyse de contenu”, HENRY, P.; MOSCÓVICI, S. *Langages*, n. 11, p.37, 1968. Ver igualmente PÊCHEUX, M. *Analyse Automatique du discours*. Paris: Dunod, 1969. p.16-29.

Dito isso, convém dissipar imediatamente um outro equívoco possível, que consistiria em deduzir daquilo que foi anteriormente exposto que a língua desaparece como realidade autônoma, que a linguística deve ceder o lugar ao materialismo histórico e que a própria gramática é “na verdade” apenas um assunto de luta de classe²⁸!



Aos princípios teóricos produzidos dessa forma correspondem certo número de disposições práticas que começamos a desenvolver. Sem expor aqui as várias considerações metodológicas que nos têm orientado, nem o detalhamento dos procedimentos que levaram ao atual programa de tratamento automático AAD²⁹, tentaremos indicar brevemente suas principais características, referindo-nos ao trabalho de Zellig Harris da forma como está resumido no artigo *Análise do discurso* publicado no número 13 desta mesma revista³⁰. Nesse trabalho, Harris alia as preocupações concernentes às relações entre a “cultura” e a “língua” a uma tentativa de estender a análise linguística “além dos limites de uma única frase”. Por outro lado, ele se recusa explicitamente em atribuir *a priori* uma importância mais ou menos grande a esta ou àquela ocorrência, “toda análise que tenderia a descobrir a presença ou ausência, em um texto, de certas palavras particulares escolhidas pelo lingüista, seria uma busca sobre o conteúdo do texto, que repousaria finalmente sobre o sentido das palavras escolhidas”³¹.

28 Cf. particularmente a propósito das teorias de Nicolas Marr o artigo de Vinogradov, “Triompher des consequences du culte de la personnalité dans la linguistique soviétique”. *Langages*, n.15, p.67-84, 1969. Cf. igualmente *Cahiers marxistes-léninistes* n.12-13. “Art, langue: lutte de classe”. Máspero, 1966. p. 26-42 e o comentário de Balibar, *ibid.*, p.19-25.

29 Ver sobre esse ponto M. Pêcheux, *Analyse Automatique du discours* e C. Haroche e M. Pêcheux, *Manuel pour l'utilisation de la méthode d'analyse automatique du discours*, onde resultados mais completos são apresentados, com novas perspectivas de desenvolvimento.

30 HARRIS, Z. S. *Analyse du discours*. *Langages*, n.13, p.8-15, 1969.

31 HARRIS, Z. S., artigo citado, p.13.

Alguns pontos, no entanto, parecem-nos trazer dificuldades. Primeiramente, o exemplo da análise proposta apoia-se sobre um único texto³²: trata-se, portanto, de referir o texto a si mesmo, pressupondo ser ele suficientemente repetitivo e estacionário para que se possam extrair equivalências por essa superposição³³. Por outro lado, a definição de equivalência³⁴ entre dois elementos e sobretudo a significação dessa equivalência levanta alguns problemas³⁵. Retornaremos a isso num instante.

A aplicação do método de análise AAD, que apela a uma análise linguística prévia em enunciados elementares (bastante próximos dos esquemas-núcleos harrisianos), levam em consideração pontos tratados acima, efetuando uma comparação regrada entre vários textos que constituem um *corpus* discursivo tido como representativo de um certo estado de condições de produção características de uma formação discursiva dada. Ressaltemos que uma decisão teórica extra-linguística se encontra ligada a essa etapa da constituição do *corpus*³⁶. No que tange à ilustração que apresentamos esquematicamente abaixo, essa decisão consistiu em reunir num *corpus* quarenta e três folhetos de propaganda política, distribuídos pela organização estudantil FER ao longo do mês de maio de 1968, o que supõe *a priori* que as condições de produção dominantes do discurso dessa organização permaneceram estáveis ao longo desse período.

32 "Millions Can't Be Wrong", art. cit., p.20.

33 Harris dá como exemplo textos repetitivos: "as lendas que produzem eco..., os provérbios..., os *slogans*..., ou ... as relações científicas 'secas' mas precisas". Art. cit., p.15.

34 Lembremos que, segundo Harris, se tivermos duas sequências AB/AC, deduziremos daí que $B = C$, e que essa equivalência pode constituir o ponto de partida de uma nova equivalência. Por exemplo, MB/NC implicará então em $M = N$, etc.

35 Sobre esse ponto, Harris permanece bastante vago: "Os resultados formais obtidos por esse gênero de análise fazem mais do que definir a distribuição das classes, a estrutura dos segmentos ou mesmo a distribuição de tipos de segmentos. Eles podem também revelar as particularidades no interior da estrutura, em relação ao restante da estrutura. Podem mostrar em que algumas estruturas se assemelham a outras ou em que elas se diferenciam. Podem ainda conduzir a numerosas conclusões sobre o texto". *Ibid.*, p.43-44.

36 É antes de tudo pela necessidade teórica dessa decisão que o método apresentado se separa do empirismo característico dos métodos de análise factorial aplicados ao estudo dos textos.

Por outro lado, o fato de que cada unidade discursiva seja sistematicamente comparada ao conjunto das outras unidades do *corpus* torna a considerar que o *corpus* desempenha o papel de um dicionário, já que é a partir dessas comparações que são definidas as equivalências entre diferentes subsequências.

Da mesma forma não se trata mais de uma cadeia de equivalências (B = C, M = N, etc.), mas de uma superposição de subsequências contextualmente equivalentes.

Vejamos três exemplos dos resultados obtidos:

1. Os trabalhadores estão/entram em luta contra o desemprego/as suspensões/as demissões/os regulamentos/de Gaulle.
2. É preciso se organizar/organizar a luta/aderir/reforçar a UNEF.
3. A luta pela defesa das liberdades/da UNEF/do marxismo/realização da junção (operários-estudantes) /vitória do proletariado/ uma internacional da juventude.

O exame dessas equivalências (contidas entre os traços verticais nos esquemas acima) coloca em evidência um problema que se colocava também a propósito dos exemplos de equivalências dados por Harris. Seja, com efeito³⁷, as duas equivalências seguintes:

E1 = na metade do outono e E2 = as primeiras friagens chegam no fim do mês de outubro começamos a nos aquecer

Pensamos que a significação da equivalência não é a mesma nos dois casos. Em E1 podemos explicitar a equivalência por “no meio do outono, isto é, no fim do mês de outubro”. Em E2, ao contrário, parece-nos que a equivalência repousa sobre uma outra relação semântica que não a identidade: poderíamos explicitar por “as primeiras friagens chegam, portanto começamos a nos aquecer”, ou ainda “começamos a nos aquecer, porque as primeiras friagens chegam”. Isso leva a estabelecer uma distinção entre as substituições simétricas do tipo E1 e substituições não-simétricas do tipo E2.

³⁷ Harris, art. cit. p. 15.

Quanto a isso, observemos que essa propriedade de simetria/não-simetria não se liga naturalmente aos pares de termos em substituição, mas depende da formação discursiva em que essa substituição se efetua. Além disso, parece que, diferentemente das substituições simétricas, as substituições não-simétricas subentendem a possibilidade de uma sintagmatização (cf. acima “*a* portanto *b* ou *b* por que *a*)³⁸. O estado atual do método de análise utilizado não permite perceber as rupturas de simetria ligadas a uma sintagmatização. Contudo nada impede de pensar que no futuro não seja possível estabelecê-las, seja a partir do *corpus* estudado, seja a partir de um *corpus* eventualmente dependente de uma outra formação discursiva que explicitaria por sintagmatização algumas equivalências do primeiro.

Essa direção de pesquisa nos parece suscetível de desembocar numa análise dos efeitos de sentido implícitos ligados à relação entre diversas formações discursivas.

Por outro lado, a questão da existência de substituições não-sintagmatizáveis nos parece ser teoricamente muito importante. Isso na medida em que ela desemboca numa nova interpretação dos mecanismos da sinonímia em relação com o da metonímia, ligada – contrariamente à metáfora – à possibilidade de uma sintagmatização.

Para concluir, indicaremos muito brevemente duas questões que, no nosso entendimento, comandam diretamente o desenvolvimento dessa direção de pesquisa.

O primeiro ponto diz respeito à urgente necessidade de se definir de qual semântica o linguista pode legitimamente fazer uso em sua prática linguística (análise fonológica, morfológica e sintática). A questão da identidade de sentido (cf. acima) – particularmente em sua relação ao estudo linguístico das transformações – é decisiva quanto a isso, e supõe que o uso espontâneo da noção de aceitabilidade

38 Do mesmo modo, nos três exemplos citados, percebemos substituições simétricas (suspensões/demissões) e substituições não-simétricas (ligadas a sintagmatizações do tipo “de Gaulle criou os regulamentos”; ou “é preciso aderir à UNEF para reforçá-la”, etc.).

(semântica e gramatical) seja determinado pelos linguistas no campo específico de sua prática.

O segundo ponto consiste em destacar a importância dos estudos linguísticos sobre a relação enunciado/enunciação, pela qual “o sujeito falante” toma posição em relação às representações de que ele é o *suporte*, desde que essas representações se encontrem realizadas por um “pré-construído” linguisticamente analisável. É sem dúvida por essa questão, ligada à da sintagmatização das substituições características de uma formação discursiva, que a contribuição da teoria do discurso ao estudo das formações ideológicas (e à teoria das ideologias) pode atualmente se desenvolver mais proveitosamente.